

**Ata da 69ª Reunião Ordinária**  
**Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC**  
**realizada em 19/07/2012, 5ª feira, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação,**  
**Sala dos Conselhos, 2º. Andar**

**Membros Participantes:**

1. Sanderson Alberto Medeiros Leitão – **Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e representante suplente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
2. João Luiz Tedeschi – **Representante Titular do Ministério da Fazenda**
3. Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo – **Representante Titular do Ministério dos Transportes**
4. João Alencar Oliveira Júnior – **Representante Suplente do Ministério das Cidades**

**Outros Participantes:**

1. Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
2. Luís Fernando Badanhan – **Ministério das Minas e Energia**
3. Mario Henrique Rodrigues Mendes – **Ministério do Meio Ambiente**
4. Breno Simonini Teixeira – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
5. Luiz Gustavo Vilas Boas – **Consultor Técnico CGMC/PNUD**
6. Naiara de Souza Silva – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
7. Vitor Ferraz – **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
8. Raphael Versiani - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
9. Valdir Borges Souza Junior – **Ministério das Minas e Energia**
10. Léia Garcia Ribeiro - **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**
11. Jerônima de Souza Damasceno – **Consultora Técnica CGMC/UNESCO**
12. Felipe Ferreira - **Ministério das Relações Exteriores**

**1. Abertura da Reunião**

O Dr. Sanderson Leitão, Secretário Executivo da Comissão, iniciou a 69ª reunião às 14h20min, dando boas vindas aos participantes perguntando se todos haviam recebido a documentação por e-mail, reforçando a informação de que havia ficado decidido na reunião passada que cada um dos membros traria a sua documentação impressa. Informou que junto com a documentação também foi enviada uma proposta de agenda, perguntou se todos estariam de acordo com a proposta e disse que gostaria de inserir um item na pauta para então iniciar as discussões. Em seguida, iniciou a reunião com a deliberação sobre a aprovação das Atas da 68ª Reunião Ordinária e da 11ª Reunião Extraordinária que foram aprovadas por unanimidade. Dr. Sanderson propôs ao Colegiado uma reunião extraordinária da CIMGC por meio eletrônico para o dia 02/08/2012, para deliberação sobre os projetos 360/2012 a 365/2012. A proposta foi aceita por todos.

O Dr. Luis Badanhan do Ministério de Minas e Energia falou sobre a representatividade baixa dos Ministérios nas Reuniões da Comissão e sugeriu ações para reforço da

participação mais ativa dos mesmos. O Dr. Sanderson propôs que a Secretaria Executiva enviasse um ofício aos membros solicitando maior representatividade nas reuniões.

Dr. Sanderson fez comentário sobre uma correspondência recebida da Embaixada da Itália que solicitou excepcionalidade na aceitação de projetos com a documentação incompleta, para ganhar tempo e ser analisada, para envio do projeto final posteriormente. Esta solicitação não foi acatada pelo colegiado da Comissão.

Dra. Sonia falou sobre a necessidade de a Comissão estabelecer procedimento efetivo para os casos em que o processo de envio das cartas-convite a comentários não tenha atendido as normas do Artigo 3º, da Resolução nº 07 da CIMGC. Relatou que vários projetos encontram-se nesta situação. Foi decidido pelos membros presentes que, excepcionalmente, a fim de retificar o descumprimento das referidas normas, o proponente deverá realizar reunião pública presencial com os atores envolvidos/interessados e/ou afetados pela atividade de projeto em questão. Nesta reunião o projeto deverá ser apresentado aos participantes mencionando-se, inclusive seus impactos positivos e negativos. Deve-se ainda, possibilitar aos participantes a oportunidade de expressar suas opiniões, fazer questionamentos e apresentar sugestões, que deverão constar na ata da reunião. Esta deverá ser assinada por todos os presentes. Ressalta-se que a Ata da reunião deve ser incorporada ao Relatório de Validação (versões em inglês e português) que deverá ser atestado pela EOD e ser novamente enviado à CIMGC. Vários integrantes da CIMGC ressaltaram que referido procedimento excepcional deverá ser formalizado por Resolução da CIMGC.

Dr. Sanderson disse que iria verificar a possibilidade de acompanhamento jurídico nas próximas reuniões da Comissão, com vistas à elaboração de minuta da referida Resolução.

## **2. Deliberações sobre os projetos em análise:**

**Projeto 313/2012 – Usina Eólica Pedra do Reino I:** a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

- a) encaminhar as cópias (frente e verso) dos avisos de recebimento das cartas-convite, conforme estabelecido no Art. 3º da Resolução nº 7 da CIMGC;
- b) encaminhar documentos que comprovem a legitimidade do Sr. Everaldo Alencar do Nascimento Feitosa como representante da empresa Eólica Energia Ltda; e
- c) encaminhar nova versão do Validation Report / Relatório de Validação (VR/RV) que deverá fazer menção à versão 9.1 do PDD/DCP e conter a assinatura do responsável pela validação. Importante notar que a data de assinatura do VR/RV deverá ser posterior a do PDD/DCP.

**Projeto 318/2012 – Vale Florestar - Reflorestamento de áreas tropicais degradadas na Amazônia Brasileira:** a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

- a) Solicita-se esclarecimento sobre a alteração significativa dos valores referentes à estimativa de remoção antrópica líquida, verificada na documentação (PDD/DCP e

VR/RV) apresentada em resposta às exigências da revisão e a documentação que já havia sido analisada pela CIMGC (1.470.609 t CO<sub>2</sub>e foi reduzido para 181.330 t CO<sub>2</sub>e).

**Projeto 325/2012 – Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente Redutor em Usina de Ferro-gusa no Brasil:** a Comissão manifestou parecer para **aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

a) enviar procuração registrada em cartório, emitida por cada um dos participantes da atividade de projeto, designando o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, conforme determina a complementação da Resolução nº 7 da CIMGC.

**Projeto 326/2012 – Projeto Aeolis Beberibe Wind Park:** a Comissão manifestou parecer para **aprovação**

**Projeto 328/2012 – Atividade de Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I:** a Comissão manifestou parecer para **revisão**, para atendimento das seguintes exigências:

Permaneça em revisão até serem obtidas e encaminhadas à CIMGC a outorga de Autorização da ANEEL e a Licença de Instalação do empreendimento.

**Projeto 329/2012 – Projeto UTE São Borja com Casca de Arroz, de 12,3 MW:** a Comissão manifestou parecer para **revisão**, para atendimento das seguintes exigências:

a) na documentação complementar enviada em resposta ao Ofício MDL 566/2012/CIMGC, constam apenas as versões em português do Documento de Concepção do Projeto e do Relatório de Validação, nas quais as ferramentas foram atualizadas. Não sendo possível, portanto, verificar os documentos em sua versão em inglês. Solicita-se encaminhar a documentação em inglês contendo as atualizações de ferramentas solicitadas (Ferramenta para determinar as emissões de metano evitadas e Ferramenta para calcular o fator de emissão de um sistema elétrico);

b) Tendo em vista que Atividade de Projeto encontra-se em operação comercial desde 26 de novembro de 2011 (Conforme Despacho Aneel), não foi identificado no DCP, tampouco na relação de Documentos, o número do registro da Licença de Operação obtida junto a Agência Ambiental do Estado do RS. Enviar cópia das licenças de instalação e de operação do empreendimento; e

c) No Anexo III, no item que faz referência a contribuição do projeto à distribuição de renda, é informado que o proponente não tem influência sobre esta ação. No entanto, tendo em vista que o projeto irá gerar, segundo informações do proponente, quase 100 empregos diretos e indiretos, este é um fator de distribuição de renda. Assim, o proponente deve analisar melhor esta questão levando em consideração estes dados.

**Projeto 340/2012 – Atividade de Projeto do MDL da Central Geradora Eolielétrica do Delta do Parnaíba:** a Comissão manifestou parecer para **revisão**, para atendimento da seguinte exigência:

a) Considerando o fato de o processo de envio das cartas-convite a comentários não ter atendido as normas do Artigo 3º, da Resolução nº 07 da CIMGC, deve-se realizar reunião pública presencial com os atores envolvidos/interessados e/ou afetados pela atividade de projeto em questão. Nesta reunião o projeto deverá ser apresentado aos participantes mencionando-se, inclusive seus impactos positivos e negativos. Deve-se ainda, possibilitar aos participantes a oportunidade de expressar suas opiniões, fazer questionamentos e apresentar sugestões, que deverão constar na ata da reunião. Esta deverá ser assinada por todos os presentes. Ressalta-se que a Ata da reunião deve ser incorporada ao Relatório de Validação (versões em inglês e português) que será submetido à CIMGC.

**Projeto 341/2012 – Programa de Atividades no âmbito do MDL para a promoção de Pequenas Centrais Hidrelétricas no Brasil da Ômega Energia:** a Comissão manifestou ser necessária a definição do Proponente do Programa de Atividades sobre qual versão do DCP/PDD e do RV/VR pretende realmente apresentar para análise.

Ressalta-se que o colegiado, em sua reunião extraordinária de 19 de junho último, que deliberou por colocar a atividade de projeto **em revisão**, havia analisado a versão nº 4, de 29/03/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 02, de 05/04/2012 do RV/VR.

A versão nº 4.1, de 27/06/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 2.1, de 02/07/2012 do RV/VR, apresentadas em resposta ao Ofício MDL 613, de 21/06/2012, não haviam sido submetidas à Comissão. Caso seja de interesse do proponente submeter estas versões para análise, serão considerados os trâmites normais determinados nas Resoluções da CIMGC, passando inclusive pela etapa de nova submissão da atividade de projeto em questão.

**Projeto 342/2012 – PCHs Energisa Rio Grande:** a Comissão manifestou parecer para **Aprovação**.

O Sr. Luis Badanhan, representante do Ministério de Minas e Energia informou que acompanharia a decisão da CIMGC em aprovar este projeto em revisão, mas gostaria de deixar registrado que no ofício enviado aos proponentes deste projeto, não foram incluídas as exigências do MME.

**Projeto 343/2012 – Programa de Atividades no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo “TUCANO para a Promoção de Pequenas Centrais Hidrelétricas no Brasil”. CPA1 (Pequena Central Hidrelétrica de JAMBO):** a Comissão considerou ser necessária definição por parte do proponente do programa de atividades sobre qual versão do DCP/PDD e do RV/VR pretende realmente apresentar para análise.

Ressalta-se que o colegiado, em sua reunião extraordinária de 19 de junho último, que deliberou por colocar a atividade de projeto em revisão, havia analisado a versão nº 4, de 02/04/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 02, de 09/04/2012 do RV/VR.

A versão nº 4.1, de 27/06/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 2.1, de 02/07/2012 do RV/VR, apresentadas em resposta ao Ofício MDL 615, de 21/06/2012, não haviam sido submetidas à Comissão. Caso seja de interesse do proponente submeter estas versões para análise, serão considerados os trâmites normais determinados nas Resoluções da CIMGC, passando inclusive pela etapa de nova submissão da atividade de projeto em questão.

**Projeto 344/2012 – Atividade de Projeto do MDL das Centrais Geradoras Eolielétricas de Lagoas de Touros:** a Comissão considerou ser necessária definição por parte do proponente do projeto sobre qual versão do DCP/PDD e do RV/VR pretende realmente apresentar para análise.

Ressalta-se que o colegiado, em sua reunião extraordinária de 19 de junho último, que deliberou por colocar a atividade de projeto em revisão, havia analisado a versão nº 4, de 13/04/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 02, de 13/04/2012 do RV/VR.

A versão nº 5, de 28/06/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 2.1, de 03/07/2012 do RV/VR, apresentadas em resposta ao Ofício MDL 616, de 22/06/2012, não haviam sido submetidas à Comissão. Caso seja de interesse do proponente submeter estas versões para análise, serão considerados os trâmites normais determinados nas Resoluções da CIMGC, passando inclusive pela etapa de nova submissão da atividade de projeto em questão.

**Projeto 346/2012 – Atividade de Projeto do MDL das Centrais Geradoras Eolielétricas Riachão III e V:** a Comissão considerou ser necessária definição por parte do proponente do projeto sobre qual versão do DCP/PDD e do RV/VR pretende realmente apresentar para análise.

Ressalta-se que o colegiado, em sua reunião extraordinária de 19 de junho último, que deliberou por colocar a atividade de projeto em revisão, havia analisado a versão nº 3, de 05/04/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 01, de 22/03/2012 do RV/VR.

A versão nº 3.1, de 05/04/2012 do DCP/PDD e a revisão nº 1.1, de 04/07/2012 do RV/VR, apresentadas em resposta ao Ofício MDL 618, de 22/06/2012, não haviam sido submetidas à Comissão. Caso seja de interesse do proponente submeter estas versões para análise, serão considerados os trâmites normais determinados nas Resoluções da CIMGC, passando inclusive pela etapa de nova submissão da atividade de projeto em questão.

**Projeto 348/2012 – Programa de Atividades de Energia Eólica no Brasil:** a Comissão considerou ser necessária definição por parte do proponente do Programa de Atividades sobre qual versão do CDM-PoA-DD e do RV/VR pretende realmente apresentar para análise.

Ressalta-se que o colegiado, em sua reunião extraordinária de 19 de junho último, havia deliberado a respeito da versão nº 4, de 09/04/2012 do CDM-PoA-DD e sobre a revisão nº 02, de 11/04/2012 do RV/VR.

A versão nº 5 de 27/06/2012 do CDM-PoA-DD e a revisão nº 2.1, de 29/06/2012 do RV/VR, ora apresentadas, não haviam sido submetidas à Comissão e, caso seja de interesse do proponente submeter estas versões para análise, serão considerados os trâmites normais determinados nas Resoluções da CIMGC, passando inclusive pela etapa de nova submissão da atividade de projeto em questão.

**Projeto 350/2012 – Atividade de Projeto do MDL dos Complexos dos Parques Eólicos de Calango e Caetité:** a Comissão manifestou parecer para **Aprovação**.

**Projeto 351/2012 – Programa de Atividades das Centrais Elétricas Eólicas da Omega:** a Comissão considerou ser necessária a definição por parte do proponente do programa de atividades sobre qual versão do RV/VR pretende realmente apresentar para análise.

Ressalta-se que o colegiado, em sua reunião extraordinária de 19 de junho último, havia deliberado a respeito da revisão 2 de 17/04/2012.

A revisão nº 2.1, de 28/06/2012 do RV/VR, ora apresentada, não havia sido submetida à Comissão. Caso seja de interesse do proponente submeter esta versão para análise, serão considerados os trâmites normais determinado nas Resoluções da CIMGC, passando inclusive pela etapa de nova submissão da atividade de projeto em questão.

O Sr. Luis Badanhhan, representante do Ministério de Minas e Energia informou que acompanharia a decisão da CIMGC em manter este projeto em revisão, mas gostaria de deixar registrado que no ofício enviado aos proponentes deste projeto, não foram incluídas as exigências do MME.

**Projeto 352/2012 – Projeto de Recuperação de Metano em Tratamento de Dejetos,** a Comissão manifestou parecer para **Revisão**, para atendimento das seguintes exigências:

- 1) O Anexo III mostra de forma objetiva as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável. No entanto, o último parágrafo do item (d) “Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico” deve ser melhor apresentado tendo em vista que a contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico desse projeto parece evidente;
- 2) enviar à CIMGC as cópias das cartas-convite destinadas às entidades do município de Marema, SC, com seus respectivos Avisos de Recebimento (frente e verso);
- 3) apenas um dos participantes, a Brasilm Empreendimentos Participações e Serviços Ltda., enviou a declaração estipulando o Sr. Luiz Lasas como responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial. As declarações de conformidade das atividades do projeto com as legislações ambiental e trabalhista em vigor, também foram

apresentadas somente por este mesmo participante. Todas as declarações foram assinadas pelo próprio Sr. Luiz Lasas, entretanto, não foram localizados documentos que o legitimem como representante legal da Brasilm. É necessário que se apresente documento que legitime o Sr. Luiz Lasas como representante legal da Brasilm, declarações de conformidade das atividades do projeto com as legislações ambiental e trabalhista assinadas por representante legal da GNA Company e procurações de ambos os participantes do projeto, outorgando, ao responsável pela comunicação junto a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial, poderes para tanto, conforme exigência do Complemento da Resolução n.º 7 da CIMGC;

4) existem diversas informações conflitantes entre o PDD e o DCP, evidenciando problemas de tradução e gerando problemas de compreensão. Abaixo são enumerados exemplos desses problemas que, uma vez que não esgotam a lista de erros encontrados, recomenda-se revisão completa do DCP de forma a se eliminar inconsistências que levem a imprecisões ou à incompreensão de seu texto:

a) o título da atividade de projeto no DCP (“Projeto de Recuperação de Metano em Tratamento de Dejetos”) não corresponde a tradução adequada do título no PDD (“Methane Recovery Project in Manure Waste Treatment”); especialmente quando se compara ao título da atividade de projeto no Relatório de Validação em ambas as versões em inglês e português (“Methane Recovery Project in Manure Waste Treatment “ e “Recuperação de Metano no Tratamento de Dejeito Animal”

b) Trechos mal traduzidos e com erros ortográficos no DCP, entre os quais:

Página 6, onde está escrito “tornar-los” deveria ser “torná-los”;

Página 7, última linha, onde está escrito “parta” deveria ser “para”;

Página 21, primeiro parágrafo, onde está escrito “Mai uma vez” deveria ser “Mais uma vez”;

Página 22, onde está escrito “Levando-se em conta a análise de investimento sensitiva, a atividade do projeto ainda apresenta VPL negativo, com o qual o TIR não pode ser.” Esta frase está incompleta, como evidencia a expressão sublinhada.

Página 24, primeiro parágrafo, onde está escrito “Preços ajustes no mercado brasileiro e nos sectores econômicos baseiam-se em inflação ou IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado...” expressão sem sentido.

5) O Relatório de Validação não explicita que a Solicitação de Esclarecimento de número 15 foi encerrada.

**Projeto 353/2012 – BRASILM 1- Prevenção de Emissões de Metano através da Compostagem de Dejetos Animais**, a Comissão manifestou parecer para **Revisão**, para atendimento das seguintes exigências:

a) apresentar documentos que comprovem a regularidade do licenciamento ambiental da Granja Roque Noveli Pasin e Ivaldo Antonio Pasin, uma vez que a Licença Ambiental de

Instalação, expedida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – Fundação do Meio Ambiente (FATMA), encontra-se expirada desde 08/05/2012;

b) as declarações de conformidade das atividades do projeto com as legislações ambiental e trabalhista em vigor e a declaração que indica Luiz Lasas como responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial foram assinadas pelo próprio Luiz Lasas. Entretanto, não foram localizados documentos que o legitimem como representante legal da Brasilm, conforme exigência do Complemento da Resolução n.º 7 da CIMGC, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>

c) Há diversas informações divergentes entre o PDD e o DCP, evidenciando problemas de tradução e gerando grandes problemas de entendimento, como, por exemplo:

- ✓ Na página 4 do DCP foi encontrada a seguinte expressão sem sentido: “também promovendo sociais e ao meio ambiente, movendo...”;
- ✓ Tradução errada, como na página 19, item b: “Antes de liberar as licenças ambientais pelo Departamento de Meio Ambiente ...”, poderia ser melhor escrito como “pelo Órgão Ambiental”;
- ✓ Na página 20, item d: “O tempo de retenção de dejetos nas lagoas anaeróbias abertas tem provas de ser maior de um mês ...” expressão sublinhada sem sentido/mal traduzida;
- ✓ Na página 28, onde tem “Embora as tabelas de análise de investimento abaixo calcularam a análise...” expressão sem sentido/verbo mal colocado;
- ✓ Na página 30, última linha, onde tem “Nenhum empregado foi considerado para operar a usina ...” expressão sem sentido;
- ✓ Na página 35, terceiro parágrafo, onde tem “Conclusão: a atividade do projeto é “adicional” em uma perspectiva econômica uma vez que, só é viável com as receitas dos créditos de carbono devido o valor presente líquido apresentar somente valores negativos e a TIR também não podendo ser calculada.” Parágrafo mal traduzido;
- ✓ O texto explicativo da adicionalidade se apresenta mal traduzido, e por isso confuso.

d) Enviar Validation Report e Relatório de Validação com as seguintes correções:

- ✓ na versão em inglês (VR), o número e a data de revisão (versão 1, de 24/05/2012) estão diferentes dos mesmos indicadores constantes da versão em português (versão 0, de 24/04/2012);



- ✓ o Relatório de Validação (versão em inglês) não estão assinado;
  - ✓ na versão em português, página 3, há um parágrafo inteiro que não foi traduzido
- e) apresentação de licença ambiental válida ou documento que comprove que o processo de licenciamento ambiental está em curso para três granjas - Granja Roque Noveli Pasin, Granja Faustino Matiello e Granja Juliano Lair Petry.

**Projeto 354/2012 – Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica - Parque Eólico Morro dos Ventos**, a Comissão manifestou parecer para **Aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

- a) na parte central da página de rosto (versões em inglês e português), o Relatório de Validação é identificado como Relatório N°: 8178 – 11/417 com Data: 09-03-2012. Nesta mesma página aparece nota de rodapé com identificação de revisão efetuada em dezembro de 2011 (Rev.10 / 16-12-2011). Já na página 2, em ambas as versões, aparecem as seguintes identificações: Relatório N°: 8178 – 11/417; Versão N°: 0; Data da 1ª emissão: 09-03-2012; Data desta revisão: em branco. Estas informações estão inconsistentes. Solicita-se enviar Relatório de Validação (inglês e português) corretamente identificados;
- b) o Relatório de Validação se refere à versão correta do Projeto Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica – Parque Eólico Morro dos Ventos (versão 05), porém, sua versão em português, em sua página 02, faz referência a esta versão como sendo datada de 15/12/2012, o que evidencia uma incoerência. Solicita-se correção;
- c) a versão em inglês do Relatório de Validação não se encontra entre a documentação digital enviada à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial. O arquivo de nome “14\_Validation Report” é, na verdade, referente ao projeto denominado “Geração de Energia Elétrica por meio de fontes renováveis: parque eólico Santana do Livramento”. Solicita-se enviar versão digital do Validation Report (em inglês) referente a Atividade de Projeto do MDL Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica – Parque Eólico Morro dos Ventos;
- d) cada um dos participantes do projeto nomeou, em declaração, seus respectivos responsáveis pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial. A WayCarbon designou para tanto o Sr. Breno Rates, ao passo que cada uma das outras empresas participantes designaram, por declaração, os Srs. William Schimidt Ogalha e Jorge Murad Possebon Mussi. Deve-se registrar que apenas uma procuração foi encaminhada, tendo esta sido enviada pela WayCarbon dando poderes ao Sr. Breno Rates para representar esta empresa na prática de atos ordinários da Companhia perante a Autoridade Nacional Designada brasileira, válida até 07/05/2013. Deste modo, faz-se necessário que os demais participantes, enviem procurações e declarações outorgando os mesmos poderes que a WayCarbon conferiu ao Sr. Breno Rates e que, caso se deseje incluir também Jorge Mussi e William Ogalha como responsáveis pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial, que sejam enviadas procurações **de todos os participantes** conferindo a eles tais poderes. Este procedimento visa atender ao complemento da Resolução n° 7 da Comissão Interministerial de Mudança Global do

Clima, disponível por meio eletrônico em  
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>;

e) as licenças ambientais apensadas ao projeto estão em nome de WF Wind Holding S/A. Solicita-se enviar documentação que demonstre a relação entre os participantes do projeto e a empresa que possui as Licenças Ambientais apresentadas;

f) a versão 12.1.0 da metodologia ACM0002 - “Metodologia consolidada de linha de base para a geração de eletricidade conectada à rede a partir de fontes renováveis” e a versão 05.2.1 da Ferramenta para a demonstração e avaliação de adicionalidade são válidas para solicitação de registro somente até 25 de julho de 2012. Considerando não haver tempo hábil para atendimento das correções ora solicitadas e a emissão da carta de aprovação, torna-se necessária a atualização das referidas versões.

g) No Anexo II, item A, as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental local foram abordadas de modo sucinto e genérico. Solicita-se um maior detalhamento, listando, por exemplo, os programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, os quais o empreendedor diz que irá realizar

**Projeto 355/2012 – PoA AWMS** - a Comissão manifestou parecer para **revisão**, para atendimento das seguintes exigências:

a) encaminhar comprovante de regularidade do licenciamento ambiental, ou justificativa para a sua ausência, referente à fazenda Estância Bahia, tendo em vista que o processo para obtenção da licença prévia está em andamento deste 15/02/2011. Considerar que a simples declaração de que o órgão ambiental assegurou, por telefone, a desnecessidade do licenciamento da compostagem não comprova a regularidade;

b) as declarações de conformidade das atividades do projeto com as legislações ambiental e trabalhista em vigor e a declaração que indica Luis Felipe de Paula Kopp como responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial foram assinadas pelo próprio Luis Felipe de Paula Kopp. Entretanto, não foram localizados documentos que o legitimem como representante legal da AMBIO Participações Ltda., conforme exigência do Complemento da Resolução n.º 7 da CIMGC, disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797.html>;

c) sobre a metodologia AMS-III.D utilizada, o PoA-DD (nas versões inglês e português) especifica o uso da versão 17, válida para requisição de registro até 13/06/2012 (prazo expirado). Contudo, no Relatório de Validação (versões inglês e português) as considerações são feitas sobre a versão 18. Solicita-se esclarecimento;

d) encaminhar PoA-DD (versão em português) onde conste a tradução das tabelas das páginas 6, 15, 21, 23, 24, 25 e 49;

e) encaminhar o *Validation Report* do PoA e do CPA1 (versão em inglês) com assinatura do responsável pela validação;

f) não constam na documentação apresentada à CIMGC (meio eletrônico e impresso) as cópias das cartas-convite a comentários e de seus respectivos avisos de recebimento (frente e verso), conforme determina o art. 4º da Resolução nº 9 da CIMGC.

g) Envio de licença ambiental válida, tendo em vista que a cópia do requerimento de Licença Prévia encaminhada está datada como 15/02/2011, o que corresponde a quase 1 ano e meio ao se considerar a presente data como referência.

h) Correção dos cálculos de emissão de gases de efeito estufa para se adequarem à capacidade da fazenda prevista no requerimento da licença ambiental (10.000 bovinos) ou ao número de animais que constarem na licença ambiental válida a ser encaminhada pelo proponente.

**Projeto 356/2012 – Pequenas Centrais Hidrelétricas nas atividades de projeto agrupadas do Rio Braço do Norte**, a Comissão manifestou parecer para **revisão**, para atendimento das seguintes exigências:

a) apresentar licenças ambientais válidas referentes às PCHs Nova Fátima e Rio Fortuna, uma vez que as licenças de instalação 030/2009 e 032/2009 apensadas ao processo estão com prazo de vigência expirado;

b) as cartas-convite foram enviadas no período de 20 a 28 de julho de 2011 e recebidas pelos destinatários entre os dias 01 e 04 de agosto de 2011, enquanto que o início da validação ocorreu em 23 de julho de 2011, **não atendendo**, portanto, às determinações constantes na Resolução n.º 7 da CIMGC que prevê que as cartas devem ser enviadas com o prazo mínimo de 15 dias antes do início do processo de validação;

c) apresentar documentação que comprove a legitimidade do responsável por assinar, em nome das empresas Geradora de Energia Rio Fortuna e a Geradora de Energia São Maurício, as declarações de conformidade da atividade de projeto com as legislações ambiental e trabalhista em vigor e declaração de indicação do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial. A cópia da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 12 de fevereiro de 2007, enviada a CIMGC, informa que Edson Luiz Diegoli foi eleito por unanimidade para exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente para cumprir o restante do mandato atual. Contudo, não consta na documentação indicação de que o mandato ainda esteja vigente;

d) No Anexo III, no item D, *Contribuição para a capacitação e desenvolvimento tecnológico*, é desejável a existência de uma descrição de como a atividade de projeto irá contribuir para o quesito “Capacitação”;

e) No Anexo III, no item E, *Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores*, Avaliar e reescrever a frase “A geração descentralizada de energia contribui mais para o desenvolvimento sustentável que um centralizado. A integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada conectada à rede diminui a

*vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia..”.* Considerar na análise:

- Uma PCH conectada ao grid não se caracteriza como uma geração descentralizada de energia.
- A geração por diversas PCHs não necessariamente tem um efeito melhor para o Desenvolvimento Sustentável do que uma única usina hidrelétrica, considerando o somatório das intervenções sobre o meio ambiente.
- Abordar mais especificamente a questão da integração regional, citando, por exemplo, melhorias na infraestrutura local.

**Projeto 357/2012 – Atividade de Projeto de MDL Energia Barueri**, a Comissão manifestou parecer para **Aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

a) a numeração das páginas no sumário do Relatório de Validação (versão em português) está correta apenas até o tópico 3.3, na página 9. A partir daí, ocorrem divergências, sendo que a diferença se acentua nos tópicos seguintes;

b) na página 13 da versão em Inglês do RV ocorre erro de referência, aparecendo a seguinte frase: *“The Erro! Fonte de referência não encontrada. is owned by FOXX Soluções Ambientais...”*. O mesmo tipo de erro ocorre nas páginas 29, 41, 43, 113 e 124;

c) a versão do Relatório de Validação enviada à CIMGC é a de número 04, de 18/05/2012. Esta informação está correta no texto das páginas 2 e 89 (versão em português) e páginas 2 e 84 (versão em inglês). Entretanto, consta na página 13 (português) e 12 (inglês) o seguinte texto: *“As principais alterações entre o DCP publicado para o processo de consulta pública internacional, versão 1.1, datada de 6 de dezembro de 2011 e a versão final de 5 de abril de 2012 DCP submetida para registro são...”*;

d) a numeração de tabelas no RV não está sequencial, gerando dificuldade de entendimento. Por exemplo, há duas tabelas 1 (páginas 56 e 97 em português e páginas 52 e 93 em inglês) e duas tabelas 10 (páginas 47 e 72 – português e 44 e 68 – inglês);

e) não foram apresentadas no Anexo III, contribuições para a sustentabilidade ambiental local consideradas satisfatórias. Este item deve avaliar a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciadas pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência. O Anexo III afirma, entre outras coisas, que “o Projeto Barueri Energia auxilia na grande dificuldade atual no Brasil e no estado de São Paulo, referente à disponibilidade de áreas possíveis para a instalação de aterros sanitários e a situação de esgotamento de muitos aterros em funcionamento”. O fato de evitar a construção de aterros sanitários no estado de São Paulo, com a consequente eliminação de impactos ambientais locais inerentes aos aterros, pode ser considerada como uma contribuição à sustentabilidade ambiental local, mas é necessário apresentar uma comparação com o cenário de referência. Já a redução de emissões de gases de efeitos estufa, configura-se como contribuição

ambiental global e não local. O “pleno e integral atendimento aos padrões de emissão previstos na legislação vigente...”, apresentados no Anexo III, constituem em obrigações legais, sem os quais o projeto não se viabiliza e não são considerados contribuições à sustentabilidade ambiental local. Os programas adicionais que “serão implementados de maneira a prevenir, controlar, minimizar, restaurar e compensar os impactos identificados no estudo ambiental”, apresentados no Anexo III, podem se constituir em contribuições à sustentabilidade ambiental local, desde que seja feita a comparação com um cenário de referência;

f) as contribuições para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos, informadas no Anexo III, não são consideradas satisfatórias. Este item deve avaliar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas, programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis, bem como avaliar o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos (diretos e indiretos) comparando-se o cenário do projeto com o cenário de referência. A avaliação qualitativa do desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos estão no texto, por exemplo, com frases como: “Serão criados numerosos postos de trabalho...” e “...o número de empregos formais será aumentando...”. Porém, a comparação com um cenário de referência não foi apresentada e tampouco foram citadas responsabilidades sociais e trabalhistas ou programas de saúde e educação e defesa dos direitos civis que permitam avaliar o compromisso do projeto com responsabilidades sociais e trabalhistas;

g) as contribuições para a distribuição de renda, informadas no Anexo III, não são consideradas satisfatórias. Este item deve avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda, observando os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto em relação ao cenário de referência. O Anexo III apresenta efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações de baixa renda e observa os benefícios socioeconômicos propiciados pelo projeto, porém não os compara a um cenário de referência;

h) as contribuições para capacitação e desenvolvimento tecnológico do projeto, informadas no Anexo III, não são consideradas satisfatórias. Neste item deve ser avaliado o grau de inovação tecnológica do projeto em relação ao cenário de referência e às tecnologias empregadas em atividades passíveis de comparação com as previstas no projeto. Deve ser avaliada, também, a possibilidade de reprodução da tecnologia empregada, observando o seu efeito demonstrativo, bem como a origem dos equipamentos, a existência de royalties e de licenças tecnológicas e a necessidade de assistência técnica internacional. Segundo consta no Anexo III, o projeto utilizará tecnologia importada, pouco utilizada no Brasil para fins de recuperação energética. Ele afirma que: “... *incentivará a transferência de tecnologia e desenvolvimento de tecnologias nacionais através da divulgação de conhecimentos e práticas, possibilitando uma integração de experiências dentro do setor e, portanto, a replicabilidade mais efetiva de projetos semelhantes*”. Qualitativamente, as contribuições apresentadas no Anexo III se constituem em contribuições para a capacitação e desenvolvimento tecnológico, porém, não foi apresentada uma comparação com o cenário de referência, tampouco a existência de royalties e licenças tecnológicas ou a necessidade de assistência técnica internacional;

i) O projeto possibilita a redução da emissão de metano, porém serão formados durante seu processo Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), como dioxinas e furanos. Há no Brasil um padrão de 0,5 ng/Nm<sup>3</sup> estabelecido pela Resolução CONAMA 316/2002. Solicita-se informações sobre a quantidade de emissão de tais substâncias no projeto pretendido;

j) Em diversas páginas do Relatório de Validação, versão em inglês, aparece a mensagem “Erro! Fonte de referência não encontrada.” Solicita-se retificação

l) É informado no DCP, Seção B.7.2 – Plano de Monitoramento, pág. 75, que “*Os programas de formação pessoal serão implementados na PCH, capacitando os operadores nos procedimentos operacionais, de segurança e de emergência*”. No entanto, a atividade de projeto refere-se a energia gerada por meio do calor oriundo da incineração de resíduos e não por meio de uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH. Solicita-se a correção;

m) Solicitam-se informações sobre o andamento do processo de regularização junto aos órgãos competentes do setor elétrico (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério de Minas e Energia - MME) a respeito do registro da atividade de geração de eletricidade; e

n) No Anexo III, item B, é desejável informar na medida da disponibilidade dos dados, a quantidade estimada de empregos diretos e indiretos decorrentes da implantação da atividade de projeto.

**Projeto 358/2012 – Projeto de Gás de Aterro Uberlândia I e II**, a Comissão manifestou parecer para **Aprovação com ressalvas**, para atendimento da seguinte exigência:

a) O DCP, versão 2, de 17/05/12, informa na página 8, item 4, que “*os proponentes do projeto preveem instalar em duas fases uma capacidade total de 2,4 MW*”. No entanto, observa-se no Documento - Ofício nº106/2012-SCG/ANEEL de 08/02/2012, que a capacidade instalada REGISTRADA junto a ANEEL é de 1,426 MW. Solicitam-se esclarecimentos ou correção (s) pertinente (s).

**Projeto 359/2012 – Rede conectada à geração de energia elétrica de fonte renovável: Complexo do Parque Eólico de Santana do Livramento**, a Comissão manifestou parecer para **Aprovação com ressalvas**, para atendimento das seguintes exigências:

a) Foram indicados duas pessoas como responsáveis pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, **Breno Rates Azevedo** – designado, por meio de procuração, pela WayCarbon Soluções Ambientais e Projetos de Carbono Ltda., assinada por Henrique de Almeida Pereira e Carlos Henrique Delpupo, na qualidade de sócios administradores conforme documentação encaminhada (3ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da WayCarbon Soluções Ambientais e Projetos de Carbono Ltda.) e **Fábio Maimoni Gonçalves** – designado, por meio de declaração, pela Empresa Livramento Holding S.A. Assinam esta declaração o próprio Fábio Maimoni Gonçalves e José Renato Vieira, como Diretores Financeiro e Técnico da Empresa Livramento Holding S.A., respectivamente.

**Não constam na documentação enviada à CIMGC:** **a)** designação de Breno Rates Azevedo, por meio de procuração, por parte da Empresa Livramento Holding S.A.; **b)** designação de Fábio Maimoni Gonçalves, por meio de procuração ou Ata de Assembléia, por parte da Empresa Livramento Holding S.A.; **c)** designação de Fábio Maimoni Gonçalves, por meio de procuração, por parte da WayCarbon Soluções Ambientais e Projetos de Carbono Ltda.; e **d)** cópia do contrato social, com as últimas alterações, registrado na junta comercial para comprovar a legitimidade dos responsáveis por assinar em nome da Empresa Livramento Holding S.A.;

**b)** o Anexo III precisa demonstrar de forma efetiva, clara e objetiva as contribuições à sustentabilidade ambiental nos itens *a*, *b*, *c* e *d* de seu escopo, necessitando apresentar comparações com pelo menos um cenário de referência em cada um dos itens mencionados

**c)** O DCP, versão 03, de 16/04/12, relata que Central Eólica Cerro Chato IV possui capacidade instalada de 24 MW, entretanto observa-se no ato legal autorizativo, Portaria MME nº 081/2012 de 24/02/2012, que a capacidade instalada descrita é de 30 MW. Solicitam-se esclarecimentos ou correção pertinente.

**d)** O DCP, versão 03, de 16/04/12, relata que Central Eólica Ibirapuitã possui capacidade instalada de 24 MW, entretanto observa-se no ato legal autorizativo, Portaria MME nº 068/2012 de 22/02/2012, que a capacidade instalada descrita é de 30 MW. Solicitam-se esclarecimentos ou correção pertinente.

**e)** No Anexo II, item A, as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental local foram abordadas de modo sucinto e genérico. Solicita-se um maior detalhamento, listando, por exemplo, os programas e planos ambientais destinados a garantir a qualidade ambiental local, os quais o empreendedor diz que irá realizar.

### **3. Novos Projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC**

➤ 366/2012 – Projeto MDL das PCHs Jorge Dreher e Henrique Kotzian – **Recebido em 30/05/2012.**

➤ 367/2012 – Usina Eólica Pelado – **Recebido em 26/06/2012.**

➤ 368/2012 – Pequenas Centrais Hidrelétricas Santa Gabriela e Planalto – **Recebido em 29/06/2012.**

➤ 369/2012 – Redução de emissões de GEE na produção de suínos através da instalação de sistemas de compostagem. – **Recebido em 09/07/2012.**

➤ 370/2012 – Projeto de MDL DAS Pequenas Centrais Quartel I, II, e III – **Recebido em 09/07/2012.**

➤ 371/2012 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica do Salto do Cafesoca – **Recebido em 11/07/2012.**

- 372/2012 – Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP) – **Recebido em 11/07/2012.**
- 373/2012 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Asa Branca – **Recebido em 11/07/2012.**
- 374/2012 – Projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica São Sebastião.– **Recebido em 12/07/2012.**
- 375/2012 – Geração de eletricidade a partir de fonte eólica conectada ao sistema elétrico no âmbito do Programa de Atividades no Brasil.– **Recebido em 12/07/2012.**
- 376/2012 – Projeto de biogás para energia Controeste – **Recebido em 12/07/2012.**
- 377/2012 – Projeto Carbonização-Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da V&M Florestal, Minas Gerais, Brasil. – **Recebido em 12/07/2012.**
- 378/2012 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Maracanã– **Recebido em 12/07/2012.**
- 379/2012 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Divisa.– **Recebido em 12/07/2012**
- 380/2012 – Parque Eólico Acaraú II - 39 MW, Brasil – **Recebido em 12/07/2012.**
- 381/2012 – Parque Eólico Acaraú I - 147 MW, Brasil – **Recebido em 12/07/2012.**
- 382/2012 – Parque Eólico Aracati - 25,5 MW, Brasil – **Recebido em 12/07/2012.**
- 383/2012 – Programa de Atividades no Âmbito do MDL de Energia da Foxx – **Recebido em 12/07/2012.**
- 384/2012 - Geração de eletricidade a partir de fontes renováveis conectadas à rede elétrica: Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar e Chuí – **recebido em 12/07/2012.**
- 385/2012 - Projeto de Gás do Aterro CGR Catanduva – **Recebido em 12/07/2012.**
- 386/2012 - Projeto de MDL Plantas de Energia Eólica Aratuá I e Miassaba II – **Recebido em 12/07/2012.**
- 387/2012 - Projeto de Gás de Aterro Macaúbas – **Recebido em 12/07/2012.**
- 388/2012 - Projeto de Gás de Aterro CTR Rosário – **Recebido em 12/07/2012.**



➤ 389/2012 - Uso de carvão vegetal para plantações de biomassa renováveis como agente Redutor na Usina de Ferro- Gusa da Arcelor de Juíz de Fora, Brasil –  
**Recebido em 12/07/2012.**

#### 8. Síntese da Análise dos projetos:

<b>Nome do projeto</b>	<b>Status antes da reunião</b>	<b>Status após a reunião</b>
313 - Usina Eólica Pedra do Reino I	Revisão	Aprovado com Ressalvas
318 - Vale Florestar - Reflorestamento de áreas tropicais degradadas na Amazônia Brasileira	Revisão	Aprovado com Ressalvas
325 - Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente Redutor em Usina de Ferro-gusa no Brasil	Revisão	Aprovado com Ressalvas
326 - Projeto Aeolis Beberibe Wind Park	Revisão	Aprovado
328 - Atividade de Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Serra dos Cavalinhos I	Revisão	Revisão
329 - Projeto UTE São Borja com Casca de Arroz, de 12,3 MW	Revisão	Revisão
340 - Atividade de Projeto do MDL da Central Geradora Eolielétrica do Delta do Parnaíba.	Revisão	Revisão
341 - Programa de Atividades no âmbito do MDL para a Promoção de Pequenas Centrais hidrelétricas no Brasil da Omega Energia	Revisão	Revisão
342 - PCHs Energisa Rio Grande	Revisão	Aprovado
343 - Programa de Atividades no âmbito do MDL Tucano para a Promoção de PCHs no Brasil	Revisão	Revisão
344 - Atividade de Projeto do MDL das Centrais Geradoras Eolielétricas de Lagoas de Touros	Revisão	Revisão
346 - Atividade de Projeto do MDL das Centrais Geradoras Eolielétricas Riachão III e V	Revisão	Revisão
348 - Programa de atividades de Energia Eólica no Brasil	Revisão	Revisão
350 - Atividade de projeto do MDL dos Complexos dos Parques Eólicos de Calango e Caetité	Revisão	Aprovado

351 - Programa de atividades das centrais elétricas eólicas Omega	Revisão	Revisão
352 - Projeto de Recuperação de Metano em Tratamento de Dejetos	Submetido	Revisão
353 – BRASILM 1- Prevenção de Emissões de Metano através da Compostagem de Dejetos Animais	Submetido	Revisão
354 – Energia elétrica gerada por fonte renovável eólica - Parque Eólico Morro dos Ventos	Submetido	Aprovado com Ressalvas
355 – PoA AWMS	Submetido	Revisão
356 – Pequenas Centrais Hidrelétricas nas atividades de projeto agrupadas do Rio Braço do Norte	Submetido	Revisão
357 – Atividade de Projeto de MDL Energia Barueri	Submetido	Aprovado com Ressalvas
358 – Projeto de Gás de Aterro Uberlândia I e II	Submetido	Aprovado com Ressalvas
359 – Rede conectada à geração de energia elétrica de fonte renovável: Complexo do Parque Eólico de Santana do Livramento	Submetido	Aprovado com Ressalvas
366 – Projeto MDL das PCHs Jorge Dreher e Henrique Kotzian	Recebido	Submetido
367 – Usina Eólica Pelado	Recebido	Submetido
368 – Pequenas Centrais Hidrelétricas Santa Gabriela e Planalto	Recebido	Submetido
369 – Redução de emissões de GEE na produção de suínos através da instalação de sistemas de compostagem	Recebido	Submetido
370 – Projeto de MDL DAS Pequenas Centrais Quartel I, II, e III	Recebido	Submetido
371 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica do Salto do Cafesoca	Recebido	Submetido
372 – Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP)	Recebido	Submetido
373 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Asa Branca	Recebido	Submetido
374 – Projeto de MDL da Pequena Central Hidrelétrica São Sebastião	Recebido	Submetido
375 – Geração de eletricidade a partir de fonte eólica conectada ao sistema elétrico no âmbito do Programa de Atividades no Brasil	Recebido	Submetido
376 - Projeto de biogás para energia	Recebido	Submetido

Controeste		
377 – Projeto Carbonização-Mitigação de Emissões de Metano na Produção de Carvão Vegetal da V&M Florestal, Minas Gerais, Brasil	Recebido	Submetido
378 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Maracanã	Recebido	Submetido
379 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Divisa	Recebido	Submetido
380 – Parque Eólico Acaraú II - 39 MW, Brasil	Recebido	Submetido
381 – Parque Eólico Acaraú I - 147 MW, Brasil	Recebido	Submetido
382 – Parque Eólico Aracati - 25,5 MW, Brasil	Recebido	Submetido
383 – Programa de Atividades no Âmbito do MDL de Energia da Foxx	Recebido	Submetido
384 - Geração de eletricidade a partir de fontes renováveis conectadas à rede elétrica: Complexo Eólico Santa Vitória do Palmar e Chuí	Recebido	Submetido
385 - Projeto de Gás do Aterro CGR Catanduva	Recebido	Submetido
386 - Projeto de MDL Plantas de Energia Eólica Aratuá I e Miassaba II	Recebido	Submetido
387 - Projeto de Gás de Aterro Macaúbas	Recebido	Submetido
388 - Projeto de Gás de Aterro CTR Rosário	Recebido	Submetido
389 - Uso de carvão vegetal para plantações de biomassa renováveis como agente Redutor na Usina de Ferro- Gusa da Arcelor de Juíz de Fora, Brasil	Recebido	Submetido

Dr. Sanderson perguntou aos presentes se havia mais alguma ponderação a ser feita e, como não houve manifestação, declarou encerrada, às 18h10, a 69ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.